

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA ADOÇÃO DO SISU SOBRE O PERFIL MÉDIO DO ALUNO DA UNIFAL-MG

Elisa Manso Monteiro¹
Henrique Bonnard Mazoto²
Rogério Grassetto Teixeira da Cunha³

Resumo: *Um dos objetivos do Sisu é a democratização do acesso às universidades federais. Testamos se isto ocorreu na Unifal-MG, analisando o perfil dos ingressantes. Previmos que após a adoção do Sisu haveria mais alunos oriundos de famílias com menor poder aquisitivo, de cidades mais distantes, do ensino médio público e com pais com baixo grau de escolarização. Somente a previsão sobre aumento da abrangência geográfica dos ingressantes não se confirmou. Sugerimos então que o Sisu pode ter representado uma democratização no acesso à Universidade pela comunidade local.*

Palavras-chave: *Ensino superior. Política educacional. Democratização. Perfil Socioeconômico.*

1 Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alfenas-MG. Rua José de Souza Magalhães, 54. Alfenas – MG. Cep: 37130-000. Telefone: (35) 8895-2959. Email: elisa_manso@hotmail.com

2 Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alfenas-MG. Rua Profº Carvalho Júnior, 688. Alfenas – MG. Cep: 37130-000 Telefone: (35) 9211-3465. Email: henrique.r.bonnard@gmail.com

3 Doutor em Psicologia experimental e coordenador do curso de Ciências Biológicas da UNIFAL-MG. Email: rogcunha@hotmail.com. Instituto de Ciências da Natureza. Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700. Cep. 37130-000 Alfenas, MG. Telefones: (35) 3299-1419 / (35) 3299-1458. Email: icn.unifal@gmail.com

INTRODUÇÃO

Criado em 1998 pelo Ministério da Educação, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) apresenta como proposta a avaliação de competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos concluintes e egressos do Ensino Médio. Além de oferecer uma referência para a autoavaliação dos cidadãos, um de seus objetivos declarados é servir como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso à educação superior (BRASIL, INEP, 2014).

Sendo assim, mais do que uma avaliação diagnóstica da educação básica no Brasil, o Enem visa também ser um meio de avaliação complementar e/ou substituto de outros exames para ocupação de vagas no mercado de trabalho e no ensino superior (SANTOS, 2011). Além disso, é utilizado desde 2004 como critério de seleção para bolsas em instituições privadas de ensino superior concedidas pelo ProUni¹ (CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GI-LIOLI, R. S. P, 2006) – uma forma de democratização do acesso ao Ensino Superior.

Em 2009 foi aprovada uma proposta do Ministério da Educação (MEC) que consistia na intenção de reformulação do Enem, e de sua utilização no ingresso às Instituições de Ensino Superior (IES) (BRASIL, INEP, 2014). O novo ENEM passou a ser composto por avaliações em quatro áreas do conhecimento: a) linguagens, códigos e suas tecnologias (incluindo redação); b) ciências humanas e suas tecnologias; c) ciências da natureza e suas tecnologias; d) matemática e suas tecnologias. Nesse novo molde, as questões buscam avaliar as habilidades e as competências a partir de problemas cuja solução não depende unicamente do domínio do conhecimento formal do aluno sobre os conteúdos escolares (ANDRIOLA, 2011).

Essas modificações possibilitariam uma amenização das condições excludentes do acesso ao ensino superior, desvinculando das demandas de conhecimentos específicos que muitas

vezes são disponibilizados somente pelos cursos pré-vestibular especializados.

A consolidação final do Enem ocorreu com a criação do Sisu (Sistema de Seleção Unificada) pelo MEC (WERLE, 2011). Através desta plataforma virtual os participantes do novo Enem podem inscrever-se à concorrência de vagas em universidades do país inteiro. De acordo com a proposta apresentada pelo MEC à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (BRASIL, MEC, 2014), as mudanças implementadas no exame e sua adoção como forma de seleção unificada deveriam contribuir para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e possibilitar a mobilidade acadêmica.

Ainda que o vestibular tradicional cumpra satisfatoriamente o papel de selecionar os melhores candidatos para cada um dos cursos, dentre os inscritos, ele traz implícitos inconvenientes. Um deles é a descentralização dos processos seletivos, que, por um lado, limita o pleito e favorece candidatos com maior poder aquisitivo, capazes de diversificar suas opções na disputa por uma das vagas oferecidas. (...) A alternativa à descentralização dos processos seria, então, a unificação da seleção às vagas das IFES por meio de uma única prova. A racionalização da disputa por essas vagas, de forma a democratizar a participação nos processos de seleção para vagas em diferentes regiões do país, é uma responsabilidade social tanto do Ministério da Educação quanto das instituições de ensino superior, em especial as IFES. (BRASIL, MEC, 2014).

Fica explícito o caráter excludente intrínseco do vestibular tradicional no Brasil, que favorece quem tem acesso à educação privada e pode deslocar-se para fazer as provas específicas de cada instituição. Com cerca de apenas 15% da população na graduação, Ristoff (2014) afirma que o acesso ao ensino superior

no país pode ser considerado elitista. O governo brasileiro teria papel essencial em um processo de transformação deste cenário pois, como aponta Barroso (2005), qualquer mudança é dependente de um projeto político nacional. A democratização visada pelo novo Enem poderia ser justificada pelo pressuposto de que o investimento na educação gera mão-de-obra qualificada, elevação da renda e consequente crescimento econômico (WINTHER; GOLGHER, 2010). Ademais, o sistema escolar é capaz de atuar como contraponto à estratificação social e educacional, distribuindo oportunidades sociais – partindo do pressuposto de que a mobilidade social é vinculada, de modo genérico, às realizações educacionais das pessoas. (SILVA e HASENBALG, 2002). De fato, o novo Enem e o Sisu são parte de um movimento recente de expansão do ensino superior que envolve outras ações como o ProUni e o Reuni² - que apostam na educação como via de desenvolvimento e redistribuição do capital (MARQUES e CEPÊDA, 2012). No entanto, cabe ressaltar que o processo de escolarização é fortemente influenciado por outros fatores como o nível socioeconômico dos estudantes, que geralmente indica vantagens para os alunos que estão em melhores condições. (CASTRO, 2009). Neste âmbito, a renda familiar e o nível de educação dos pais são elementos que tem relação diretamente proporcional com o ingresso dos filhos no ensino superior (LEE E BARRO, 1997; SPARTA E GOMES, 2005).

Assim, a partir de políticas de estímulo, as instituições públicas passaram a aderir gradualmente ao Sisu (SANTOS, 2011), tornando-o atualmente uma forma amplamente utilizada de ingresso às mesmas. Em 2010, cerca de 4,6 milhões de estudantes fizeram a prova do Enem e 83 mil vagas foram ofertadas em 83 instituições, sendo 39 universidades federais. (BRASIL, 2011). Já em 2014, o Sisu ofereceu 171.401 vagas em 4.723 cursos de 115 instituições públicas de educação superior (BRASIL, MEC, 2014) e o INEP registrou 8,72 milhões de cadastros — crescimento de 21,6% em relação aos 7,17 milhões, na edição de 2013. (BRASIL, INEP, 2014).

Em 2010, a Universidade Federal de Alfenas, Unifal-MG, substituiu o vestibular aderindo ao Sisu como forma de ingresso (UNIFAL-MG, 2014). Nos perguntamos se essa mudança na instituição causou impacto no perfil socioeconômico relacionado à renda, ao local de origem dos seus alunos, ao tipo de instituição em que cursaram o ensino médio e ao grau de instrução dos pais. Acreditamos que a pesquisa se faz pertinente uma vez que permite a verificação da efetividade de uma medida educacional de nível federal.

Levando em consideração as finalidades do novo Enem, nosso objetivo foi testar, em nível local, a hipótese de que o exame permite uma maior democratização no acesso ao ensino superior, bem como uma maior mobilidade acadêmica. Assim, esperamos observar uma maior abrangência geográfica das regiões de origem dos alunos após a adoção do Enem como forma de ingresso. Do mesmo modo, esperamos um maior percentual de ingressantes com menor poder aquisitivo – classes de renda mais baixas. Com relação às instituições de Ensino Médio, esperamos mais alunos oriundos das redes públicas e filhos de pais com escolaridade mais baixa.

METODOLOGIA

Obtivemos os dados a partir das respostas do Questionário Socioeconômico aplicado pela Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) da Unifal-MG a todos os ingressantes nos cursos de graduação da instituição, cujo preenchimento é obrigatório. Sendo nosso enfoque a origem geográfica, a renda, o tipo de instituição de curso do ensino médio e o grau de instrução dos pais, selecionamos apenas as perguntas demonstradas na tabela a seguir³.

Tabela 1: Perguntas e possíveis respostas do Questionário Socioeconômico da Unifal-MG selecionadas para análise.

Pergunta	Possíveis respostas
“Qual a distância da sua residência ao Campus para o qual está se matriculando?”	Em alfenas
	Até 50 km de Alfenas
	A mais de 50 km e menos de 100 km de Alfenas
	A mais de 100 km e menos de 200 km de Alfenas
	A mais de 200 km e menos de 400 km de Alfenas
	A mais de 400 km e menos de 600 km de Alfenas
	A mais de 600 km de Alfenas
“Em que faixa melhor se enquadra a renda bruta mensal de seu grupo familiar?”	Até 1 salário mínimo
	Entre 1 e 3 salários mínimos
	Entre 3 e 5 salários mínimos
	Entre 5 e 7 salários mínimos
	Entre 7 e 10 salários mínimos
	Entre 10 e 20 salários mínimos
	Entre 20 e 30 salários mínimos
Acima de 30 salários mínimos	
“Onde cursou, integralmente ou em sua maior parte, o Ensino Médio?”	Todo em escola pública
	A maior parte em escola pública
	Todo em escola particular
	A maior parte em escola particular
“Nível de instrução de seu pai” e “Nível de instrução da sua mãe”	Não alfabetizado
	Lê e escreve
	Fundamental
	Superior
	Pós-graduação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tivemos acesso às respostas de todos os semestres entre os anos de 2008 e 2013 e do primeiro semestre de 2014. Restringimos a análise apenas aos alunos do campus sede e de cursos presenciais. Excluímos os dados de 2010, visto que o questionário para este ano foi diferente e não contemplava as questões acima mencionadas.

Em relação às respostas sobre distância, percebemos que algumas delas continham erros, devido a assinalamentos incorretos da alternativa. Tais erros foram detectados através de verificação de incompatibilidade entre as cidades de origem dos ingressantes (outra questão que faz parte do questionário) e as alternativas assinaladas referentes à distância entre o local de origem e a instituição. Assim, procuramos corrigir esse tipo de erro para os anos 2011, 2012, 2013 e 2014 (os anos em que o Sisu foi empregado), por meio de uma reclassificação dos dados. A partir da informação do município de origem, calculamos a real distância (linear) até Alfenas com a ajuda do website oficial da Agência Nacional de Telecomunicações (BRASIL, ANATEL, 2014). Para os outros anos, não tivemos acessos aos dados brutos, o que nos impossibilitou de detectar se houve erros semelhantes. No total, 28,42% dos dados foram reclassificados.

Utilizamos o teste G de independência para verificar a existência de relação entre a variável 'método de ingresso' (antes e depois do uso do Enem) e cada uma das variáveis descritas previamente. Caso o teste indicasse significância na associação entre variáveis (não independência), conduzimos, como teste post-hoc, o teste G novamente, mas comparando os valores absolutos de cada categoria da variável de interesse com a soma de todas as outras categorias combinadas, o que permite detectar qual(is) categoria(s) contribuem significativamente para a significância estatística (MCDONALD, 2009). Neste caso, aplicamos a correção de Bonferroni para ajustar o valor de significância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todas as comparações indicaram que houve dependência entre a forma de seleção de ingresso na Unifal (com e sem uso do Enem) e as variáveis de interesse analisadas - origem do candidato ($G = 723,1$, g.l. = 6, $p = 6,37 \cdot 10^{-153}$), renda familiar ($G = 530,6$; g.l. = 7, $p = 2,15 \cdot 10^{-110}$), local onde cursou o ensino médio ($G = 871,6$, g.l. = 3, $p = 1,34 \cdot 10^{-188}$) e grau de instrução dos pais ($G = 116,8$, g.l. = 5, $1,46 \cdot 10^{-23}$ para o pai e $G = 119,4$, g.l. = 5, $p = 4,20 \cdot 10^{-24}$ para a mãe).

Renda

No teste post-hoc sobre a renda (Tabela2), observamos que as diferenças entre o período antes e depois da adoção do Sisu foram significativas em todas as classes.

Tabela 2: Resultados dos testes G post-hoc para verificar a contribuição de cada categoria de classe de renda para a significância do teste. Considere $\chi^2_{0,00625}$ e d.f. = 1. *Classes com diferenças estatisticamente significativas.

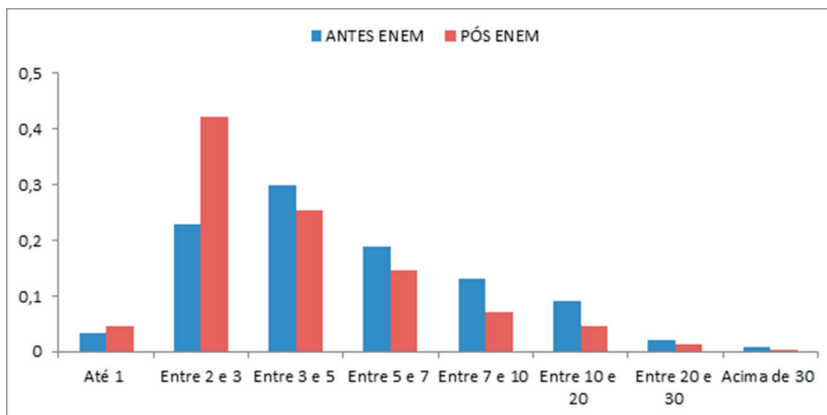
Classes de renda	Até 1*	Entre 1 e 3*	Entre 3 e 5*	Entre 5 e 7*	Entre 7 e 10*	Entre 10 e 20*	Entre 20 e 30*	Acima de 30*
G	11,8	435,5	1002,2	562,1	427,3	313,9	68,0	26,5
p	0,000591	$1,06 \cdot 10^{-6}$	$5,91 \cdot 10^{-220}$	$2,89 \cdot 10^{-124}$	$6,21 \cdot 10^{-95}$	$3,10 \cdot 10^{-70}$	$1,60 \cdot 10^{-16}$	$2,59 \cdot 10^{-7}$

Fonte: Elaborado pelos autores.

No universo amostral referente à adoção do Sisu, observamos um aumento de 43,7% na categoria “até 1 salário mínimo”, e um aumento de 84,2% na categoria “entre 1 e 3 salários mínimos” - conseqüentemente reduzindo as frequências nas categorias acima de 3 salários mínimos. Tal resultado equivale a um aumento de 79,3% no número de ingressos com renda familiar de até três salários mínimos. Isto pode evidenciar uma democra-

tização, a nível financeiro, no acesso às vagas da universidade em questão.

Figura 1: Porcentagens das classes de rendas (em salários mínimos) antes e após a adoção do Sisu como método de ingresso.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Distância

Nas análises post-hoc para a distância (Tabela3), somente a diferença na categoria “entre 200 e 400km “não foi significativa.

Tabela 3: Resultados dos testes G post-hoc para verificar a contribuição de cada categoria de classe de distância para a significância do teste. Considere $\chi^2 = 0,00714285$ e d.f. = 1. *Classes com diferenças estatisticamente significativas.

Classes de distância	Em Alfe-nas*	Até 50 km*	Entre 50 e 100 km*	Entre 100 e 200 km*	Entre 200 e 400 km	Entre 400 e 600 km*	A mais de 600 km*
G	481,3	14,5	41,6	48,3	5,0	239,3	44,7
p	1,10* 10 ⁻¹⁰⁶	0,000144	1,14* 10 ⁻¹⁰	3,57* 10 ⁻¹²	0,025	5,56* 10 ⁻⁵⁴	2,34* 10 ⁻¹¹

Fonte: Elaborado pelos autores.

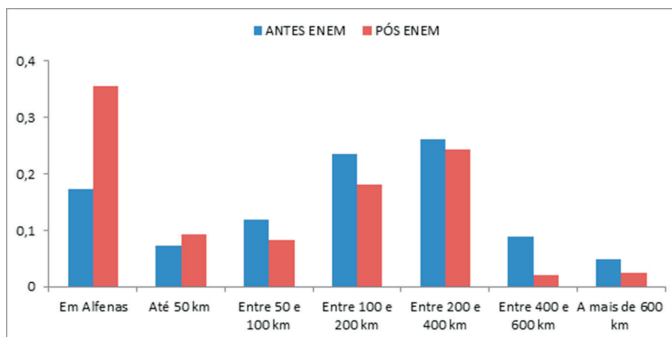


Figura 2: Porcentagens das classes de distância antes e após a adoção do SisU como método de ingresso.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nas amostras referentes ao período pós o Enem observamos um aumento de 105% na categoria “em Alfenas”, e 27,4% em “até50km”. Houve diminuição concomitante nas categorias seguintes, referentes a distâncias maiores que 50km da sede da universidade – por exemplo, de76,4% em “entre 400 e 600km”.

O resultado entra em conflito com a previsão de maior mobilidade acadêmica, por evidenciar maior frequência de ingressantes oriundos de localidades próximas.

Uma hipótese para explicar este resultado seria a de que o vestibular antigo, específico da universidade em análise, não era compatível, em termos de conteúdo, com a educação básica regional. Assim, a adoção do novo Enem teria estimulado e possibilitado maior ingresso de egressos da educação básica regional. Para testar esta hipótese, poderia ser feito um questionário específico com os ingressantes oriundos das proximidades de Alfenas, para consultá-los sobre o porquê de terem escolhido um curso superior, o porquê de terem escolhido a Unifal-MG e a que eles creditamos sucesso no ingresso. Também poderia ser feita uma investigação com os candidatos de anos anteriores ao Enem que não obtiveram sucesso no ingresso. Por fim, poderia ser feita uma comparação da nota média do ensino médio dos

ingressantes da região antes e depois da adoção do ENEM como forma de ingresso. Caso esta não seja diferente entre os períodos, reforça-se a noção de que a forma de elaboração do exame tenha favorecido o ingresso destes candidatos.

Instituição de Ensino Médio

No teste post-hoc sobre a instituição onde o candidato cursou o ensino médio, todas as categorias obtiveram diferenças significativas, exceto “A maior parte em particular”.

Tabela 4: Resultados dos testes G post-hoc para verificar a contribuição de cada categoria de instituição onde o ensino médio foi cursado para a significância do teste. Considere $\chi^2(0,0125)$ d.f. = 1. *Classes com diferenças estatisticamente significativas.

Ensino Médio	Todo em escola pública *	A maior parte em escola pública *	Todo em escola particular *	A maior parte em particular
G	237,4	298,4	758,4	3,6
p	$1,47 \cdot 10^{-53}$	$7,38 \cdot 10^{-67}$	$5,85 \cdot 10^{-167}$	0,058

Fonte: Elaborado pelos autores.

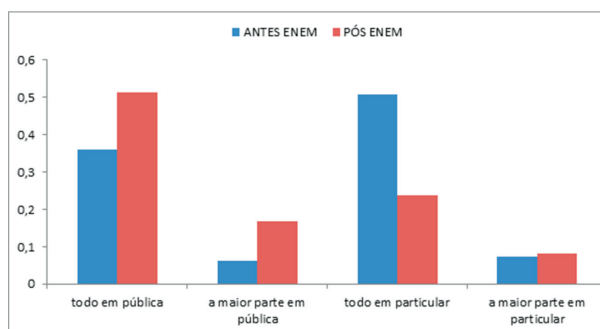


Figura 3: Porcentagens das categorias onde o ensino médio foi cursado antes e após a adoção do Sisu como método de ingresso.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foram observados, após a adoção do ENEM, aumentos nas categorias: “Todo em escola pública” e “A maior parte em escola pública” -42,6%e173%,respectivamente.Houve também decréscimo de 53% na categoria “Todo em escola particular”. Tais diferenças são suficientes para a conclusão de que houve maior porcentagem de ingresso de alunos oriundos do ensino público. Conseqüentemente, a porcentagem de alunos de escolas particulares é diminuída.

Os dados sugerem, assim como os de renda e distância, uma maior democratização no ingresso ao ensino superior público.

Nível de instrução do pai

As categorias “Não alfabetizado”, “Lê e escreve” e “Fundamental”-constituindo os dados referentes a todos com escolaridade até o fundamental completo - apresentaram, somadas, aumento de 23,0%. O decréscimo conseqüente ocorreu na categoria referente ao ensino superior completo.

Tabela 5: Resultados dos testes G post-hoc para verificar a contribuição de cada nível de instrução do pai para a significância do teste. Considere $\chi^2(3) = 0,008333e$ d.f. = 1. *Classes com diferenças estatisticamente significativas.

Nível de instrução do pai	Não alfabetizado*	Lê e escreve*	Fundamental*	Médio	Superior*	Pós-graduação
G	8,9	10,0	37,5	0,2	92,7	5,0
p	0,002799	0,001596	$9,09 \cdot 10^{-10}$	0,659	$5,95 \cdot 10^{-22}$	0,026

Fonte: Elaborado pelos autores.

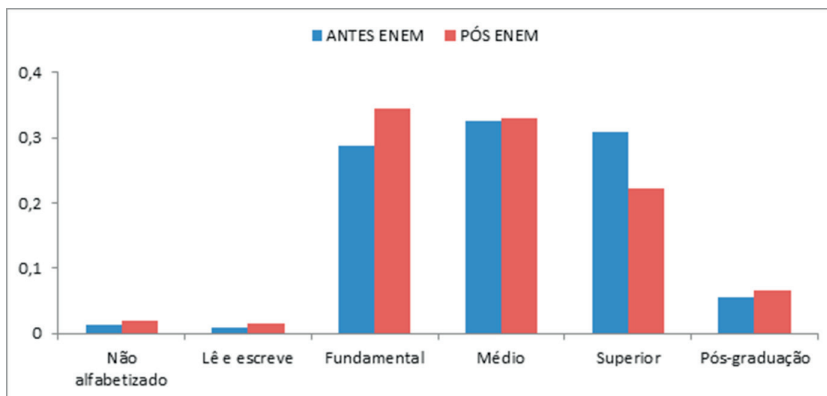


Figura 4: Porcentagens das categorias de nível de instrução do pai antes e após a adoção do Sisu como método de ingresso.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Instrução da mãe

As categorias “Não alfabetizado”, “Lê e escreve” e “Fundamental”-constituindo os dados referentes a todos com escolaridade até o fundamental completo-apresentaram, somadas, aumento de 30,1%. Assim como nos dados referentes ao grau de instrução do pai, o decréscimo conseqüente foi observado na categoria “Superior”, referente ao ensino superior completo.

Tabela 6: Resultados dos testes G post-hoc para verificar a contribuição de cada nível de instrução da mãe para a significância do teste. Considere χ^2 , 0,008333e d.f. = 1. *Classes com diferenças estatisticamente significativas.

Nível de instrução da mãe	Não alfabetizado*	Lê e escreve*	Fundamental*	Médio	Superior*	Pós-graduação
G	12,1	3,7	50,0	0,06	90,3	4,3
p	0,000491	0,056	$1,58 \cdot 10^{-12}$	0,807	$2,03 \cdot 10^{-21}$	0,037

Fonte: Elaborado pelos autores.

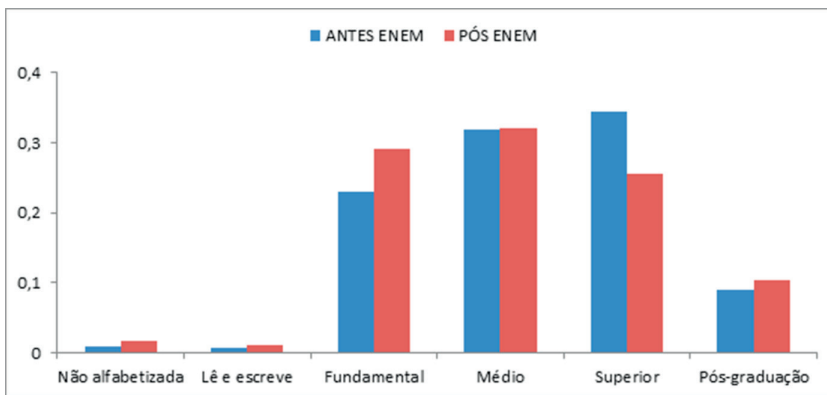


Figura 5: Porcentagens das categorias de nível de instrução da mãe antes e após a adoção do Sisu como método de ingresso.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em suma, o aumento da frequência de ingressantes com pais com escolaridade até o fundamental completo pode ser observado como evidência de inserção de alunos oriundos de famílias com menor nível educacional no ensino superior público. Tal inserção sugere redução da estratificação educacional quanto ao ingresso ao ensino superior, atuando na criação de oportunidades de mobilidade intergeracional de educação.

Analisando o perfil socioeconômico de alunos de diferentes cursos das IES brasileiras, Ristoff (2014) chegou a resultados semelhantes aos nossos, constatando uma diminuição recente do número de estudantes oriundos de famílias de alta renda e com pais de escolaridade superior. Em pesquisa sobre o novo Enem na Universidade Federal de Lavras, Fernandes (2013) encontrou um aumento significativo do percentual de alunos de escolas públicas após a adoção do Sisu como método de entrada. Já em relação ao aspecto de distância, os dados divergiram: na UFLA, o percentual de alunos da região diminuiu com o novo Enem. Costa (2012) observa um aumento substancial de alunos da rede pública da Baixada Fluminense ao examinar o impacto

do Sisu nos cursos de engenharia do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ, Unidade de Nova Iguaçu). Realizando o mesmo tipo análise no curso de engenharia civil da UFPEL, Neves et al (2010) constatam presença numerosa de alunos de outros estados e redução de alunos de Pelotas e do estado do Rio Grande do Sul após a adoção do Sisu. Os resultados discordantes relacionados à distância parecem indicar que universidades tradicionais e reconhecidas passam a ser mais acessadas por alunos de outras regiões que tiveram a oportunidade de se candidatar pelo Sisu. Uma hipótese interessante para ser testada em outras IFES seria a de que universidades consolidadas teriam uma diminuição no acesso da população local, enquanto que universidades menores e mais locais teriam um aumento no acesso da população local.

Observamos, assim, que a adoção do Sisu como forma de ingresso teve um impacto no perfil médio do aluno da Unifal-MG (sede, em Alfenas). Em todos os aspectos analisados—renda, distância, instituições onde o ensino médio foi cursado e nível de instrução dos pais—a redistribuição das categorias indicou maior abrangência entre os diferentes estratos sociais. Embora o resultado do quesito distância tenha contradito a expectativa de maior mobilidade, os dados parecem estar de acordo com uma democratização regional. As alterações observadas sugerem mudanças rumo a uma maior democratização no ingresso ao ensino superior público. Visto que, em 2010, a população acima de dez anos de idade cuja renda familiar mensal de até três salários mínimos correspondia a aproximadamente 52% da população (BRASIL, IBGE, 2010), e que suas possibilidades de ingresso ao ensino superior eram reduzidas, uma democratização efetiva consistiria, teoricamente, na inclusão dessa categoria de forma relativamente proporcional no ensino superior.

Com base nesses estudos preliminares, podemos inferir que a política educacional em questão, pelo menos no caso da Unifal-MG, tem alcançado parcialmente seus objetivos. Ela pa-

rece estar representando uma real possibilidade de ingresso em uma IES pública aos candidatos menos privilegiados – no caso, provindos da rede pública de Alfenas e região e de famílias com baixa renda e escolaridade. Podemos sugerir, como hipótese para estudos futuros, que isto poderá ter um impacto sobre a renda destas pessoas e de suas famílias, por meio da qualificação, bem como sobre a economia local, ao qualificar membros da própria comunidade da região.

Cabe ressaltar que, apesar dos nossos resultados e daqueles da literatura, a incorporação do Sisu como método de ingresso às IFES, assim como outros tipos de ações afirmativas, não se deu sem certa polêmica tanto dentro quanto fora das instituições (FREITAS, 2006; ARANHA et al, 2008). Freitas (2006) suscita a questão de caber ou não à universidade corrigir desigualdades nacionais e deficiências na educação básica por meio das ações afirmativas. Winther e Golgher (2010) reforçam que elas não são de caráter permanente e estão sujeitas a análise após avaliação de seus resultados iniciais - natureza do objetivo desta pesquisa. Nesse sentido, pode ser relevante analisarem pesquisas futuras o desempenho dos alunos antes e após a adoção da política e a permanência destes na universidade, pois como aponta Sobrinho (2010), a democratização não pode ser restrita apenas ao acesso, deve envolver também a garantia de permanência num ensino superior de qualidade científica e social.

Sob nosso ponto de vista, urge ampliar a investigação a outras universidades federais brasileiras e ao longo dos próximos anos a fim de verificar o grau de generalidade dos resultados, sua constância ou não ao longo do tempo, e de monitorar se esta política pública – a adoção do novo Enem como método de ingresso – tem provocado impacto significativo sobre a população do ensino superior brasileiro e se o mesmo é positivo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Comissão Permanente de Vestibular e ao Departamento de Registros Gerais e Controle Acadêmico da Unifal-MG, em especial a Professora Eliza Maria Rezende Dazio, e ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unifal-MG.

NOTAS

O Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação foi criado em 2004 e concede bolsas integrais e parciais para graduação em instituições privadas.

² Instituído em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais possui como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

³ Reagrupamos as categorias de respostas referentes à instituição onde o ensino médio foi cursado e ao nível de escolaridade dos pais a fim de torná-las analisáveis dos resultados mais objetiva em relação aos aspectos de interesse. Originalmente as respostas relacionadas ao ensino médio possuíam alternativas de “todo” ou “a maior parte” para instituição municipal, estadual e federal e as respostas relacionadas ao nível de escolaridade dos pais eram subdivididas em “completo” e “incompleto” para cada nível.

EVALUATION OF THE IMPACT OF THE ADOPTION OF THE SISU ON THE AVERAGE PROFILE OF THE STUDENT OF THE UNIFAL-MG.

Abstract: *One of Sisu's goals is to democratize access to federal universities. We tested whether this happened in Unifal-MG by analyzing the profile of enrolling students. We predicted that after the adoption of Sisu there would be more students from families with lower income, more distant cities, public high school and with parents with lower levels of scholary. Only the prediction on increased geographical coverage was not confirmed. We suggest then that Sisu may have represented a democratization of access to the University by the local community.*

Keywords: *Higher education. Educational policy. Democratization. Socio-economic Profile.*

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. *Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 70, 2011.

ARANHA, Antônia et al. *Para além do bônus: a urgência de ações afirmativas na UFMG*. Boletim UFMG, 2008. Disponível em: www.ufmg.br/boletim/bol1606/2.shtml Acesso em 02/10/2014.

BARROSO, João. *O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas*. Educação e Sociedade. Vol. 26, n. 92, Campinas, out. 2005.

BRASIL. Agência Nacional de Telecomunicações. *Cálculo da Distância entre dois pontos*. 2014. http://sistemas.anatel.gov.br/apoio_sitarweb/Tabelas/Municipio/DistanciaDoisPontos/Tela.asp Acesso em: 08/08/2014.

_____. *Enem. Número de inscritos ultrapassa 8,2 milhões*. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/05/enem-2014-numero-de-inscritos-ultrapassa-8-2-milhoes> Acesso em 12/11/2014

_____. *MEC deve anunciar na próxima semana que Enem será realizado em 22 e 23 de outubro*. 2014. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/05/enem-deve-ser-realizado-nos-dias-22-e-23-de-outubro> Acesso em: 12/11/2014.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/rendimentos_preliminares/rendimentos_preliminares_tab_pdf.shtml

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Sobre o Enem*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem> Acesso em: 23/06/2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Edição deste ano terá mais de 8,7 milhões de participantes*. Disponível em http://portal.inep.gov.br/todas-noticias?p_p_auth=cKRU44tP&p_p_id=56_INSTANCE_d9Q0&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_pos=2&p_p_col_count=3&_56_INSTANCE_d9Q0_groupId=10157&p_r_p_564233524_articleId=137104&p_r_p_564233524_id=137761 Acesso em 25/11/2014

_____. Ministério da Educação. *Candidatos a vagas passam de 2,1 mi-*

lhões até as 12 horas do quarto dia de inscrições. 2014. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20121:candidatos-a-vagas-passam-de-21-milhoes-ate-as-12-horas-do-quarto-dia-de-inscricoes&catid=418&Itemid=86 Acesso em 02/10/2014.

_____. Ministério da Educação. *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310+enen.br> Acesso em 23/06/2014.

CASTRO, Rosana de Freitas. Fatores associados ao desempenho escolar na 4ª série do ensino fundamental. In: LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. (Orgs.). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. Salvador: EDUFBA, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato Souza Porto. PROUNI: *Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?* Educar, Curitiba, n. 28, Editora UFPR, 2006.

COSTA, Anna Regina Corbo. Impactos da adoção do SiSU como instrumento de acesso aos cursos de graduação: análise preliminar nos cursos de Engenharia do CEFET/RJ UNED NI. In: *XXXIV Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional*. Águas de Lindóia, 2012.

FERNANDES, Aline Marques. *Avaliação de Programa Social de Acesso à Educação Superior: O Novo Enem na Universidade Federal de Lavras*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Administração Pública. Lavras: UFLA, 2013.

FREITAS, Marcos Vinícius de. *Haverá cotas na UFMG?* Boletim informativo da UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1535/segunda.shtml> Acesso em: 05/10/2014.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. *Um perfil sobre a expansão do Ensino Superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos*. Perspectivas, São Paulo, 2012.

MCDONALD, J. H. *Handbook of Biological Statistics*. Sparky House Publishing, Baltimore, Maryland. 2009. Livro online disponível em <http://www.biostat-handbook.com/gtestind.html> Acesso em 05/10/2014.

NEVES, T. S.; BACH, R.; IACKS, J. A.; POUHEY, M. T. F. *Impacto do SISU/ENEM no Perfil do Aluno do Curso de Engenharia Civil de UFPEL*. In: XIX Congresso de Iniciação Científica – UFPEL. Pelotas, 2010.

RISTOFF, Dilvo. *O novo perfil do Campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação*. Revista Avaliação, Campinas, vol. 19, 2014.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. *Exame Nacional do Ensino Médio: entre a re-*

gulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular. Educar em revista, Curitiba, no.40, 2011.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. *Recursos familiares e transições educacionais*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol. 18, 2002.

SPARTA, Mônica; GOMES, William Barbosa. *Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio*. Revista brasileira de orientação profissional v.6 n.2, São Paulo dez. 2005

SOBRINHO, José Dias. *Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Exclusão e Limites da Inclusão*. Educação e Sociedade, v. 31, n. 113, Campinas, out.-dez. 2010.

UNIFAL-MG. *Conheça a Unifal-MG*. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/processoseletivosisu/conheca_unifal Acesso em: 23/06/2014.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. vol.19 n. 73 Rio de Janeiro out-dez. 2011.